

Proposta do governo para salários do privado pode limitar maiores subidas

DN dn.pt/edicao-do-dia/29-nov-2019/proposta-do-governo-para-salarios-do-privado-pode-limitar-maiores-

29 de novembro de
2019



Economista José Castro Caldas considera que a proposta do governo para aumentos salariais do setor privado é moderada.

© Nuno Pinto Fernandes/Global Imagens

A proposta do governo para aumentos salariais do setor privado é considerada moderada e abaixo do que o mercado pratica atualmente. A conclusão é do economista José Castro Caldas, autor da análise "Negociação salarial: o que está em jogo?" do Barómetro das Crises do Observatório sobre Crises e Alternativas. **"Feitas as contas, os seus referenciais [do primeiro-ministro] aparentemente ambiciosos, revelam-se moderadas propostas de alinhamento por tendência do mercado e tetos de revalorização salarial, abaixo das tendências que decorrem do mercado", refere o investigador da Universidade de Coimbra.**

Ou seja, os valores avançados pelo governo estão em linha com o que já está a ser praticado pelos patrões. De resto, os dados da regulamentação coletiva de trabalho referentes ao terceiro trimestre deste ano apontam para uma variação salarial média anualizada de 2,4% em termos reais, ou seja, descontada a inflação. Em termos nominais a variação anualizada é de 3,3%.

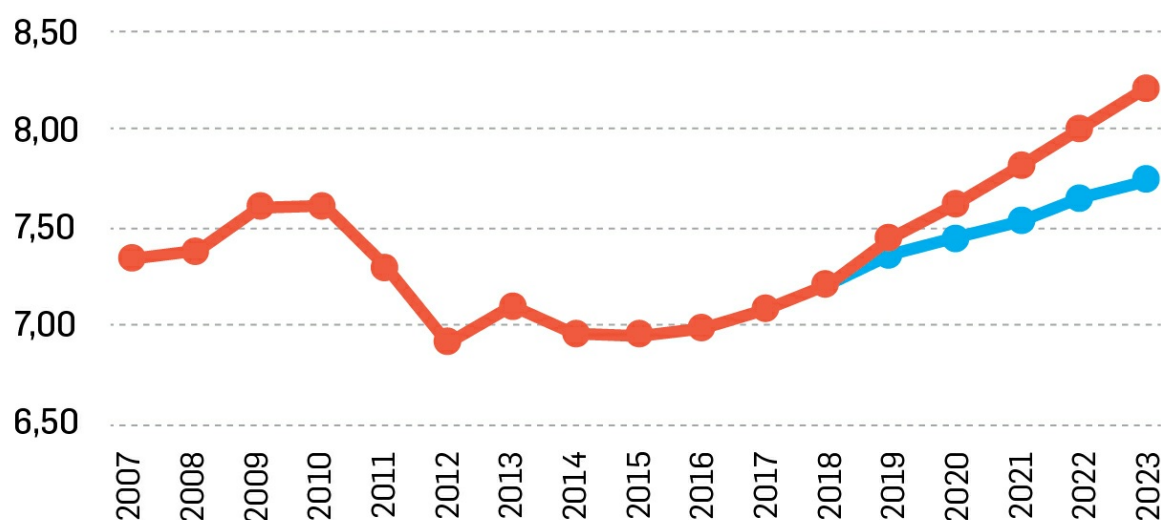
Nesta semana, no arranque das negociações em sede de concertação social, o governo sugeriu referenciais entre 2,7% e 3,2% dos salários nominais, admitindo que "as previsões atualmente disponíveis já apontam para crescimentos salariais ligeiramente acima do crescimento da inflação e da produtividade".

Remuneração real média

(euros/hora)

— Cenário passivo 2,8%

— Cenário ativo 4%



Fonte: Barómetro das Crises

"A experiência mostra que o estabelecimento de referenciais de incremento salarial, em contextos de redução do desemprego, tende a servir sobretudo - tantas vezes a pretexto do perigo de pressões inflacionistas ou perda de competitividade - o propósito de contenção

dos 'custos salariais'", refere o economista, lembrando que o desfecho das negociações ainda está em aberto e, mesmo que falhem, há outros instrumentos para valorização dos salários.

Salários só recuperam para valores pré-crise com subida de 4%

Uma atualização salarial de 2,8% ao ano até 2023 elevaria a atual remuneração real média de cerca de 7,5 euros para um valor que não chegaria a 8 euros à hora. Na análise, o economista José Castro Caldas parte de dois cenários de evolução dos aumentos salariais: um em que nada é feito e se deixa o mercado a funcionar (cenário passivo de 2,8%) e um segundo em que há intervenção na tentativa de elevar as remunerações acima dos valores de antes da crise económica e financeira (cenário ativo de 4%).

"O primeiro cenário (passivo) projeta nos anos subsequentes a tendência que decorre do mercado, traduzida na taxa homóloga de crescimento nominal da remuneração bruta regular de setembro de 2019 (2,8%) [...] esta taxa permitiria, em 2020, elevar o salário real médio acima dos seus níveis de 2009 e 2010 e ultrapassá-los largamente em 2023", indica o estudo publicado na quinta-feira.

"A simulação sugere, portanto, que - para satisfazer os desejos expressos pelo primeiro-ministro - bastaria que, entre 2019 e 2023, os salários aumentassem em média de acordo o referencial atualmente dado pelo mercado, pelo que as suas metas, adequadas na direção que estabelecem, estão longe de ser ambiciosas", conclui o economista do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

"Já quanto ao peso dos salários no PIB, o referencial de 2,8% aproximaria a repartição do rendimento a 2009, sem o alcançar e muito menos ultrapassar. Já uma meta mais arrojada - reposição em 2023 do peso dos salários no PIB no nível de 2009 - envolveria uma

substancial ultrapassagem do limiar do salário médio de 2009-2010, mas requeria taxas anuais de crescimento nominais do salário médio de cerca de 4% (cenário ativo)", refere.

jornalista do Dinheiro Vivo